



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **20 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 18 de janeiro de 2013

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Fábrica de bicicleta tem interesse em se instalar no PIM ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Governo vai 'Vender' concessões em grandes centros ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Indústria deve ter desempenho melhor neste ano do que em 2012 ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>DCI</b> "Informe Econômico": Governo terá foco em corte de gastos e de impostos, diz Ideli ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> PIB crescerá no máximo 2,9% neste ano, prevê Ibre ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Indústria deve ter desempenho melhor neste ano do que em 2012 ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Reajuste de servidor causa impasse no governo ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Secretário diz que governo pode mudar superávit e ampliar gastos ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Do frio ao morno ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Governo reduzirá custo de todas as empresas ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Itamaraty agora promete fim de segredo ..... 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> A busca por credibilidade na economia ..... 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Governo estuda mudar superávit fiscal para aumentar gastos ..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO</b> Nokia elimina mil postos de trabalho em TI ..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO</b> O novo pacote japonês ..... 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>TELETIME</b> Nokia demite mais 300 funcionários e terceiriza 820 atividades da área de TI ..... 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CENÁRIO - MT</b> PEC da Música aguarda continuação de discussão em Plenário ..... 22 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>Bem Paraná Online</b> Brizola inicia nova tentativa de tirar Lupi do BNDES ..... 23 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>REDE AMAZÔNICA</b> Mais de 25 mil foram demitidos do Pólo Industrial de Manaus ..... 24 VEICULAÇÃO NACIONAL	

**AMAZONIANAREDE**

Corecon vai fiscalizar os economistas do PIM, para checar legalização..... 25

**VEICULAÇÃO NACIONAL**

	VEÍCULO <b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Fábrica de bicicleta tem interesse em se instalar no <u>PIM</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL

Uma comitiva empresarial da **Specialized**, fábrica especializada na produção de bicicletas de alto rendimento anunciou nesta quinta-feira (17) o interesse em montar sua linha fabril em Manaus.

A informação foi divulgada pelo vice-presidente da marca, Robert Margevicius, após visita à Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)** para prospectar os incentivos fiscais do mercado manauense e a cadeia produtiva do polo de duas rodas.

Segundo Margevicius, os planos iniciais envolvem a produção dos 480 modelos da marca no Polo Industrial de Manaus (PIM) e atrair parceiros e fornecedores para a região.

“A produção horizontal é a ideal para a **Specialized**. Trabalhar de modo vertical seria complexo para nós. Nossa expectativa é trazer um cluster de outras empresas para atender ao setor de bicicletas”, disse o empresário.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus (Sinmem), Athaydes Félix Mariano, a chegada da comitiva empresarial mostra o potencial do setor e o poder de

atratividade que o **Amazonas** tem para atrair novos investimentos.

“Seguindo o mesmo exemplo de outras regiões, o **Brasil** vem incentivando o uso da bicicleta, inclusive com vias de circulação apropriadas. Com o aumento da qualidade de vida e a busca pela saúde física, as vendas de bicicleta tendem a crescer. De olho nessa expansão, várias marcas já estão dispostas a vir para Manaus”, disse.

Segundo o economista da **Fieam**, Gilmar Freitas, um estudo básico realizado pela instituição deixa claro que é muito mais vantajoso para a **Specialized** se instalar em Manaus que no Sudeste, por exemplo.

“Com a isenção do IPI, o crédito de 100% no **ICMS** Estadual e o retorno de 75% do Imposto de Renda para investimento na fábrica, o lucro ao produzir no **Amazonas** será 60% maior do que em outro Estado”, explicou o economista.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo vai Vender' concessões em grandes centros</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Dilma pode visitar São Paulo para encontrar investidores; governo fará eventos em Nova York, em Tóquio e na Europa**

**Lu Aiko Otta**

Em sua cruzada para fazer deslanchar os investimentos no País este ano, a presidente Dilma Rousseff pode visitar São Paulo nos próximos dias para "vender" aos empresários os programas de concessão em rodovias, ferrovias e portos. A viagem ainda está em análise.

Depois da apresentação para executivos na capital paulista, um grupo de assessores da presidente irá ao exterior para oferecer as oportunidades de negócios em Nova York, Tóquio e uma cidade na Europa ainda a ser definida. Para a etapa internacional, estão em consulta as agendas da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Também participará o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo.

Num mundo em crise, o principal atrativo do pacote de investimentos no **Brasil** deve ser a possibilidade de retorno de 5,5% a 6,5% ao ano proporcionados pelas rodovias e ferrovias, respectivamente. Além do ganho, o governo ainda oferece financiamentos a juros baixos para esses empreendimentos. Ontem, o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) reuniu os potenciais investidores nacionais para tirar dúvidas sobre o processo.

A questão é se tudo será suficiente para despertar o "espírito animal" de empresários brasileiros e estrangeiros. Além do desempenho pouco animador da economia, há dúvidas quanto à estabilidade de regras e quanto à capacidade do Executivo em dar concretude aos seus planos.

A forma como o governo pressionou as concessionárias de energia elétrica a renovar seus contratos antes do final e a reduzir tarifas deixou investidores e analistas em estado de alerta.

Outro fato que pesa contra o governo é a demora em resolver o impasse em torno da concessão da BR 101 no

Espírito Santo. O leilão foi realizado em janeiro do ano passado. O resultado foi questionado judicialmente e até hoje o contrato de concessão não foi assinado.

A demora do **BNDES** em liberar os financiamentos é outro fator que deixa empresários com pé a trás. Esse é um ponto crítico, uma vez que o governo vai exigir das futuras concessionárias pesados investimentos nos cinco primeiros anos do contrato.

Os investimentos em infraestrutura decorrentes das concessões são a principal aposta do governo para acelerar a economia este ano, após um crescimento na faixa de 1% em 2012. A meta da área econômica é elevar os investimentos em 8% em 2013, após retração da ordem de 2% no ano passado.

Para os 7.500 quilômetros de rodovias que serão oferecidas para exploração pela iniciativa privada, o **BNDES** aceita financiar de 65% a 80%, ao custo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 5%, mais um acréscimo que pode chegar a 1,5% ao ano. O tomador terá 20 anos para pagar, com três de carência.

No caso das ferrovias, as condições de financiamento são ainda mais favoráveis. O custo é a TJLP mais até 1% ao ano. O financiamento é de 25 anos, com cinco de carência. O modelo escolhido pelo governo para atrair a iniciativa privada é o de parceria público-privada (PPP).

Investimento bilionário O **Governo Federal** estima que as rodovias demandarão R\$ 42 bilhões em investimentos. Para as ferrovias, os planos das autoridades são ainda mais ambiciosos: R\$ 91 bilhões.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria deve ter desempenho melhor neste ano do que em 2012</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Arme Warth / BRASÍLIA**

**A indústria de transformação deve ter um desempenho melhor neste ano do que em 2012, prevê o gerente executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. O setor começa 2013 com estoques mais ajustados e a produção esboça, desde o fim do ano passado, uma retomada, ainda que em ritmo lento.**

Assim, a atividade nas fábricas deve acompanhar mais de perto o ritmo de crescimento das vendas. "Devemos ter em 2013 uma relação mais estreita entre vendas e **produção**", afirmou Castelo Branco.

O ajuste dos estoques foi um dos maiores desafios da indústria no ano passado. Embora o faturamento real do setor, indicador que reflete as vendas, temário menor sem arriscar sua reputação duramente conquistada com a sobriedade fiscal. Mudar a meta seria uma maneira melhor de fazer isso do que recorrer à contabilidade criativa", diz a revista.

A The Economist demonstra, ainda, preocupação com um possível enfraquecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O risco, diz o texto, é que com uma eleição presidencial em 2014 "as autoridades farão o que for preciso para atender sua previsão de crescimento de 4% este ano".

Tinha avançado 2,8% no período entre janeiro e novembro de 2012, as horas trabalhadas nas fábricas caíram 1,5% e o nível de utilização da capacidade instalada caiu de 82,4% para 81,4%.

Agora, com a perspectiva de retomada da atividade econômica, a tendência é que o aumento da demanda se reflita na **produção**, ainda que parte do consumo das famílias seja atendido pelos **importados**. "A atividade tende a crescer em 2013 mais próxima da demanda", afirmou Castelo Branco.

Despesas. Mas os custos da indústria devem permanecer pressionados neste ano. Embora os indicadores de **produção** tenham tido um resultado moderado, a massa salarial e o rendimento médio real apresentaram forte crescimento.

De janeiro a novembro de a massa salarial aumentou 5% e a renda, 5,2%. Isso deve continuar a ocorrer em 2013, já que o desemprego continua em um nível historicamente baixo. Os indicadores da indústria no mês de novembro foram positivos, em especial o faturamento, que aumentou 2,5% na comparação com outubro, enquanto as horas trabalhadas ficaram próximas da estabilidade, com alta de 0,2%. Já o nível de utilização da capacidade de **produção** das fábricas ficou em 81,4%, mesmo resultado de novembro de 2011 e o melhor desde março do ano passado.

Ainda assim, a GNI insistiu que a recuperação da atividade permanece em um ritmo insuficiente. "Temos um quadro de recuperação, mas ainda moderado a lento. Ainda não se caracterizou uma recuperação de magnitude mais expressiva para a indústria", afirmou Castelo Branco.

Os dados relativos ao mercado de trabalho foram ainda mais positivos.

O emprego teve o terceiro mês consecutivo de crescimento, com alta de 0,2% em relação a outubro, e o rendimento médio real teve um avanço de 7%, o maior para meses de novembro desde o início da série, em 2006.

A massa salarial teve elevação de 6,8%, resultado melhor que a média histórica para o mês.

	VEÍCULO DCI	EDITORIA	
	TÍTULO <b>"Informe Econômico": Governo terá foco em corte de gastos e de impostos, diz Ideli</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse em entrevista que o governo brasileiro planeja focar este ano em cortes de gastos e na reforma...**

**Governo terá foco em corte de gastos e de impostos, diz Ideli**

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse em entrevista que o governo brasileiro planeja focar este ano em cortes de gastos e na reforma do sistema tributário, como parte do esforço para impulsionar os investimentos.

Ideli, diz que o governo será capaz de avançar com sua agenda de cortes de gastos e impostos. "A presidente Dilma Rousseff está muito determinada em elevar a competitividade, então ela está trabalhando em muitas frentes, incluindo a simplificação regulatória, simplificação tributária e corte de custos de **produção**", comentou.

A ministra afirmou que entre as prioridades imediatas do governo está a aprovação, no Congresso, do Orçamento para 2013.

Segundo Ideli, a assessoria jurídica do governo garantiu para Dilma que questões legais envolvidas na questão dos

royalties não vão provocar atrasos nos leilões previstos para a concessão de novos blocos de petróleo. "Independentemente de como o governo escolher distribuir os royalties, isso não deve afetar as concessões", afirmou.

Ela explica que depois de essas questões mais urgentes serem resolvidas, o governo vai começar a pressionar para a aprovação de um projeto que reduza o **ICMS**. Embora a reforma do imposto venha sendo adiada há mais de uma década, Ideli afirma que o governo brasileiro fará um grande esforço para avançar com esse projeto e que existe uma boa chance das mudanças serem aprovadas.

A reforma reduziria as taxas do **ICMS** para perto de 4% em todo o País.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIB crescerá no máximo 2,9% neste ano, prevê Ibre</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com o mesmo tom cauteloso dos boletins mais recentes, a equipe do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV) projeta uma alta entre 2,8% e 2,9% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2013 - abaixo, portanto, das expectativas de mercado, que apontam alta de 3,2%, segundo o Boletim Focus, do Banco Central. A alta mais comedida deve ser puxada por uma débil retomada dos investimentos produtivos, além de um carregamento estatístico estimado em 0,8%. É um começo de ano de recuperação trôpega. O investimento não vem no primeiro trimestre e a inflação segue salgada, diz a coordenadora técnica do Boletim Macro, Silvia Matos.

O risco de a economia crescer ainda menos, mais perto de 2% ou 2,3% no ano, não está descartado. Uma recuperação dos serviços com uma indústria ainda parada levaria a esse quadro, diz Silvia. Uma variação negativa da atividade econômica no primeiro trimestre, contudo, está fora de questão. A explicação, afirma, é que a indústria pode até parar no primeiro trimestre, mas é pouco provável que ela se contraia.

Segundo Silvia, a possibilidade de uma queda do **PIB** nos três primeiros meses do ano só existiria diante de um quadro mais grave, de escassez de energia, por exemplo, com preços disparando e empresas deixando de produzir - o que está fora do campo de visão central do Ibre. O temor atualmente não são números negativos. É mais um marasmo mesmo, diz Silvia.

A frustração, afirma a economista, continua do lado da indústria, que custa a reagir mesmo em meio a estímulos vindos do governo e câmbio desvalorizado. A expectativa é que o setor tenha ficado parado no quarto trimestre de 2012 em relação ao trimestre anterior. Já para o setor de serviços, a previsão é que ele deve ter apresentado alguma melhora depois de um terceiro trimestre sem mostrar reação. Mas com a pressão do mercado de trabalho ainda forte é difícil pensar no setor de serviços crescendo muito, como vimos no passado, diz Silvia.

Segundo o documento, um dos maiores obstáculos à indústria são os estoques ainda elevados nos primeiros meses do ano, os quais podem adiar um pouco mais a retomada do

investimento, cuja recuperação era esperada em meio a juros mais baixos. Para Silvia, é possível que o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) seja baixo em 2013, justamente porque vem de um carregamento estatístico muito ruim, ainda que segmentos como o de caminhões e ônibus já apresentem melhora significativa. O fato é que a gente vem de uma contração de 4,5% [na FBCF] em 2012, o que sinaliza que já começamos mal.

Para exemplificar o quão complexo é o quadro, a pesquisadora afirma que, se os investimentos ficassem estagnados neste primeiro trimestre do ano, com uma alta ao redor de 1,5% nos trimestres seguintes, o crescimento no ano seria zero. Apostando em um cenário menos pessimista, a equipe avalia que a FBCF deve subir 3% em 2013, com um ritmo um pouco melhor no segundo semestre, puxado por investimentos em infraestrutura.

Outro ponto de preocupação destacado pelo Boletim Macro do Ibre é a inflação. É inquietante porque começamos um ano com preços pressionados não só pelo setor de serviços, o que já era esperado, mas também por bens manufaturados, diz Silvia. Ela lembra que toda a inflação de duráveis ficou concentrada no último trimestre, o que indica que um item que ajudou bastante no ano passado, já começa 2013 bem pressionado.

Segundo Silvia, em meio às incertezas acerca dos impactos de elevação dos preços em itens como transportes e combustíveis, é possível prever apenas que a inflação será alta ou muito alta neste começo de ano, sem cravar um número. A inflação deve ficar entre 0,7% e 1% em janeiro e uma inflação de 1% em janeiro sinaliza 6,2% em 12 meses. Para Silvia, mesmo diante do que chama de tentativas artificiais do governo de segurar os preços, a inflação em 2013 está mais para 6% - acima dos 5,53% projetados pelo mercado.

Segundo ela, o governo até poderia tentar retomar a trajetória de queda dos juros diante da recuperação mais lenta da economia, mas descarta a possibilidade justamente em razão da inflação mais alta. Para Silvia, a melhor saída para esta questão hoje seria o câmbio. É claro que a estabilidade cambial ajuda, mas o ideal mesmo seria a

valorização do real, o que é algo difícil porque bate em outra restrição, a indústria.

Nem tudo no cenário do Ibre, porém, é frustração. Algumas coisas estão progredindo, como a sondagem de bens de capital, que aponta uma melhora no médio prazo, e as concessões que devem deslançar em algum momento. Para Silvia, o setor público vai entrar pesado, motivando os investimentos em infraestrutura. Esse é o motor e um estímulo para investimentos em outras frentes. A bola está com o governo. (FL)

Com o mesmo tom cauteloso dos boletins mais recentes, a equipe do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) projeta uma alta entre 2,8% e 2,9% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2013 - abaixo, portanto, das expectativas de **mercado**, que apontam alta de 3,2%, segundo o Boletim Focus, do Banco Central. A alta mais comedida deve ser puxada por uma débil retomada dos investimentos produtivos, além de um carregamento estatístico estimado em 0,8%. "É um começo de ano de recuperação trôpca. O investimento não vem no primeiro trimestre e a inflação segue salgada", diz a coordenadora técnica do Boletim Macro, Silvia Matos.

O risco de a economia crescer ainda menos, mais perto de 2% ou 2,3% no ano, não está descartado. "Uma recuperação dos serviços com uma indústria ainda parada levaria a esse quadro", diz Silvia. Uma variação negativa da atividade econômica no primeiro trimestre, contudo, está fora de questão. A explicação, afirma, é que a indústria pode até parar no primeiro trimestre, mas é pouco

#### **provável que ela se contraia.**

Segundo Silvia, a possibilidade de uma queda do **PIB** nos três primeiros meses do ano só existiria diante de um quadro mais grave, de escassez de energia, por exemplo, com preços disparando e empresas deixando de produzir - o que está fora do campo de visão central do Ibre. "O temor atualmente não são números negativos, fi mais um marasmo mesmo", diz Silvia.

A frustração, afirma a economista, continua do lado da indústria, que custa a reagir mesmo em meio a estímulos vindos do governo e câmbio desvalorizado. A expectativa é que o setor tenha ficado parado no quarto trimestre de 2012 em relação ao trimestre anterior. Já para o setor de serviços, a previsão é que ele deve ter apresentado alguma melhora depois de um terceiro trimestre sem mostrar reação. "Mas com a pressão do **mercado** de trabalho ainda forte é difícil pensar

no setor de serviços crescendo muito, como vimos no passado", diz Silvia.

Segundo o documento, um dos maiores obstáculos à indústria são os estoques ainda elevados nos primeiros meses do ano, os quais podem adiar um pouco mais a retomada do investimen

to, cuja recuperação era esperada em meio a juros mais baixos. Para Silvia, é possível que o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) seja baixo em 2013, justamente porque vem de um carregamento estatístico muito ruim, ainda que segmentos como o de caminhões e ônibus já apresentem melhora significativa. "O fato é que a gente vem de uma contração de 4,5% [ na FBCF] em 2012, o que sinaliza que já começamos mal."

Para exemplificar o quão complexo é o quadro, a pesquisadora afirma que, se os investimentos ficassem estagnados neste primeiro trimestre do ano, com uma alta ao redor de 1,5% nos trimestres seguintes, o crescimento no ano seria zero. Apostando em um cenário menos pessimista, a equipe avalia que a FBCF deve subir 3% em 2013, com um ritmo um pouco melhor no segundo semestre, puxado por investimentos em infraestrutura.

Outro ponto de preocupação destacado pelo Boletim Macro do Ibre é a inflação. "É inquietante porque começamos um ano com preços pressionados não só pelo setor de serviços, o que já era esperado, mas também por bens manufaturados", diz Silvia. Ela

lembra que toda a inflação de duráveis ficou concentrada no último trimestre, o que indica que um item que ajudou bastante no ano passado, já começa 2013 bem pressionado.

Segundo Silvia, em meio às incertezas acerca dos impactos de elevação dos preços em itens como transportes e combustíveis, é possível prever apenas que a inflação será alta ou muito alta neste começo de ano, sem cravar um número. "A inflação deve ficar entre 0,7% e 1% em janeiro e inflação de 1% em janeiro sinaliza 6,2% em 12 meses". Para Silvia, mesmo diante do que chama de "tentativas artificiais" do governo de segurar os preços, a inflação em 2013 está mais para 5% - acima dos 5,53% projetados pelo **mercado**.

Segundo ela, o governo até poderia tentar retomar a trajetória de queda dos juros diante da recuperação mais lenta da economia, mas descarta a possibilidade justamente em razão da inflação mais alta. Para Silvia, a melhor saída

para esta questão hoje seria o câmbio. "É claro que a estabilidade cambial ajuda, mas o ideal mesmo seria a valorização do real, o que é algo difícil porque bate em outra restrição, a indústria."

**Nem tudo no cenário do Ibre,**

Silvia Matos: "O temor não são números negativos, é mais um marasmo"

porém, é frustração. "Algumas coisas estão progredindo, como a sondagem de bens de capital, que aponta uma melhora no médio prazo, e as concessões que devem deslanchar" em algum momento."

Para Silvia, o setor público vai entrar pesado, motivando os investimentos em infraestrutura. "Esse é o motor e um estímulo para investimentos em outras frentes. A bola está com o governo". (FL)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria deve ter desempenho melhor neste ano do que em 2012</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Arme Warth / BRASÍLIA**

**A indústria de transformação deve ter um desempenho melhor neste ano do que em 2012, prevê o gerente executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. O setor começa 2013 com estoques mais ajustados e a produção esboça, desde o fim do ano passado, uma retomada, ainda que em ritmo lento.**

Assim, a atividade nas fábricas deve acompanhar mais de perto o ritmo de crescimento das vendas. "Devemos ter em 2013 uma relação mais estreita entre vendas e **produção**", afirmou Castelo Branco.

O ajuste dos estoques foi um dos maiores desafios da indústria no ano passado. Embora o faturamento real do setor, indicador que reflete as vendas, temário menor sem arriscar sua reputação duramente conquistada com a sobriedade fiscal. Mudar a meta seria uma maneira melhor de fazer isso do que recorrer à contabilidade criativa", diz a revista.

A The Economist demonstra, ainda, preocupação com um possível enfraquecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O risco, diz o texto, é que com uma eleição presidencial em 2014 "as autoridades farão o que for preciso para atender sua previsão de crescimento de 4% este ano".

nha avançado 2,8% no período entre janeiro e novembro de 2012, as horas trabalhadas nas fábricas caíram 1,5% e o nível de utilização da capacidade instalada caiu de 82,4% para 81,4%.

Agora, com a perspectiva de retomada da atividade econômica, a tendência é que o aumento da demanda se reflita na **produção**, ainda que parte do consumo das famílias seja atendido pelos **importados**. "A atividade tende a crescer em 2013 mais próxima da demanda", afirmou Castelo Branco.

Despesas. Mas os custos da indústria devem permanecer pressionados neste ano. Embora os indicadores de **produção** tenham tido um resultado moderado, a massa salarial e o rendimento médio real apresentaram forte crescimento.

De janeiro a novembro de a massa salarial aumentou 5% e a renda, 5,2%. Isso deve continuar a ocorrer em 2013, já que o desemprego continua em um nível historicamente baixo. Os indicadores da indústria no mês de novembro foram positivos, em especial o faturamento, que aumentou 2,5% na comparação com outubro, enquanto as horas trabalhadas ficaram próximas da estabilidade, com alta de 0,2%. Já o nível de utilização da capacidade de **produção** das fábricas ficou em 81,4%, mesmo resultado de novembro de 2011 e o melhor desde março do ano passado.

Ainda assim, a GNI insistiu que a recuperação da atividade permanece em um ritmo insuficiente. "Temos um quadro de recuperação, mas ainda moderado a lento. Ainda não se caracterizou uma recuperação de magnitude mais expressiva para a indústria", afirmou Castelo Branco.

Os dados relativos ao mercado de trabalho foram ainda mais positivos.

O emprego teve o terceiro mês consecutivo de crescimento, com alta de 0,2% em relação a outubro, e o rendimento médio real teve um avanço de 7%, o maior para meses de novembro desde o início da série, em 2006.

A massa salarial teve elevação de 6,8%, resultado melhor que a média histórica para o mês.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Reajuste de servidor causa impasse no governo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Edna Simão e Eduardo Campos | De Brasília

Um impasse se instalou na Esplanada dos **Ministérios**. A dúvida é se os reajustes concedidos aos servidores públicos no ano passado poderão ser pagos em janeiro, já que a peça orçamentária de 2013 ainda não foi aprovada. A previsão é que a matéria seja apreciada pelos parlamentares somente em fevereiro, quando acaba o recesso.

**Diante da confusão, cada poder está fazendo uma leitura diferente da situação.**

No Executivo e no **Ministério** Público da União (MPU), a decisão é pagar os salários com reajuste. Já os concursados da Câmara e do Senado deverão esperar a aprovação do Orçamento deste ano para começar a receber o aumento. Nesse caso, o percentual de reajuste será pago retroativamente a partir da confirmação da peça orçamentária.

A tendência é que o Judiciário siga o mesmo entendimento do Legislativo. No Supremo Tribunal Federal, o reajuste não será pago. O mesmo vale para o Tribunal de Contas da União (TCU).

O não pagamento está fundamentado no parágrafo único do Artigo 7º da Lei 12.776, de 2012, que dispõe sobre o quadro de pessoal e plano de carreira do TCU. O artigo diz que o reajuste fica condicionado à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária. No caso do STF, a previsão legal é a mesma e está contida no artigo 4º da Lei 12.771, de 2012.

A Câmara vai respeitar o limite orçamentário de dezembro de 2012. "Não haverá aumento de despesa enquanto não for aprovado o Orçamento de 2013", informou a assessoria de imprensa da Casa. A mesma posição, segundo um funcionário do setor de pagamentos, vai ser adotada no Senado.

Para pagar os salários em janeiro já com reajuste, o **Ministério** do Planejamento se apoia no Inciso I do Artigo 50 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que autorizaria a execução provisória de projetos, que preveem aumento salarial, já aprovados pelo Congresso Nacional. O MPU também aponta essa base legal para os pagamentos.

No fim de dezembro, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, explicou que, quando o Congresso não vota o Orçamento em tempo hábil, há uma autorização prévia para despesas de custeio referentes a 1/12 do indicado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esse montante é automaticamente liberado para fazer face, por exemplo, à folha de pagamentos. Na ocasião, ela disse ainda que todos os acordos assinados com os representantes dos servidores em agosto, e que tiveram os projetos de lei enviados ao Congresso, estariam com os reajustes assegurados a partir de janeiro. Mas as categorias que negociaram depois teriam de aguardar a votação do Orçamento.

Em 2012, a União fechou acordo com 1,69 milhão de servidores do Executivo, ou 93% do total. Esse reajuste de salários terá impacto de R\$ 8,9 bilhões em 2013.

No Legislativo, Senado, Câmara e TCU, o reajuste será de 15,8% ao longo de três anos, com custo de R\$ 285 milhões. O mesmo percentual de reajuste e prazo foi acertado com o Judiciário e com o MPU, custando R\$ 964 milhões e R\$ 123 milhões respectivamente.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Secretário diz que governo pode mudar superávit e ampliar gastos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Se o PAC pode ser abatido, significa que posso fazer meta menor', diz Augustin**

**Martha Beck**

BRASÍLIA Diante da necessidade de turbinar a economia depois do fraco desempenho de 2012, o governo estuda alterar a meta de superávit primário para poder gastar mais. Em entrevista ao GLOBO, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, admitiu pela primeira vez que a equipe econômica pode tornar o superávit primário, fixado em 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mais flexível. Ele lembrou que o Orçamento de 2013 já vai prever o abatimento de R\$ 25 bilhões da meta com despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas adiantou:

- Já temos a possibilidade de abater o PAC. Se ele pode ser abatido, significa que posso fazer meta menor. Mas podemos melhorar. Podemos mudar, fazer algum aperfeiçoamento. Já fizemos duas ou três vezes. Podemos fazer de novo.

Nos bastidores da equipe econômica, no entanto, o que se discute é propor à presidente Dilma Rousseff uma redução da meta para algo em torno de 2% do **PIB** ou ampliar o volume a ser abatido da meta em função de investimentos. Foi graças aos abatimentos do **PAC** e de manobras fiscais com dividendos de estatais e recursos do Fundo Soberano que o governo conseguiu fechar as contas do ano passado.

Apesar de o governo ter sido fortemente criticado pela estratégia, o secretário defendeu a política e disse que ela foi adotada para promover o crescimento da economia num momento de crise internacional. Sobre a avaliação de um blog do jornal britânico "Financial Times", que disse que a equipe econômica faz política fiscal com o chamado "jeitinho brasileiro", Augustin afirmou:

- Não vou responder ao "Financial Times". Em 2012, o mundo sofreu muito em função de vários países, inclusive o do "FT", e esta crise gerou uma circunstância nova. Muitos países

optaram por uma estratégia errada de retirar estímulos fiscais aumentando os efeitos da crise. A melhor medida na opinião do governo foi fazer com que a economia fosse estimulada a crescer. Não permitimos que o **Brasil** virasse a Grécia.

O secretário também destacou que a estratégia de manter a meta oficial do superávit primário elevada em 2012 foi adotada para garantir a trajetória de queda da dívida pública. Segundo ele, isso dá ao **Brasil** condições de se proteger contra turbulências no **mercado** externo:

- Será que queremos ser um **Brasil** como uma dívida bem pequenininha e fortíssimo no **mercado** internacional? Ou nós estamos satisfeitos com o pouco que conseguimos? Aí no primeiro soluço da comunidade internacional, no primeiro resfriado, o **Brasil** volta a ter câncer. O **Brasil** até poderia ter uma curva de queda (de juros) menor, mas eu acho isso uma péssima ideia.

Ao contrário do discurso que costuma ser adotado por um secretário do Tesouro, ele garantiu que em 2013 haverá espaço para novas desonerações e novas capitalizações do **BNDES**. A estimativa é que a renúncia fiscal com novos benefícios fique em ao menos R\$ 40 bilhões, mas o valor pode ser ampliado. Já o banco de fomento vai receber novos recursos, mas a tendência é que essa injeção fique abaixo dos R\$ 45 bilhões recebidos em 2013.

- Temos diminuído (aportes no **BNDES**) para deixar claro para todo mundo que essa festa não é para o resto da vida.

O secretário adiantou que o governo fará uma nova emissão de títulos no **mercado** externo. Na última captação, o título com prazo de dez anos em **dólares** teve taxa de retorno de 2,6% ao ano, a menor da História. Para Augustin, isso significa que os aplicadores consideram o **Brasil** seguro e com fundamentos sólidos:

- Os fundamentos brasileiros são muito melhores do que os críticos dizem.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Do frio ao morno</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O IBC-Br de novembro em 0,4%, divulgado pelo Banco Central, foi melhor do que o esperado, mas há grande risco de o PIB do quarto trimestre decepcionar de novo. As projeções apontam para uma taxa abaixo de 1%. Há quem preveja até menor que os 0,6% do terceiro tri. Os investimentos terão a sétima queda trimestral seguida. O primeiro trimestre de 2013 pode também ser fraco.

Se for confirmado o 1% do PIB em 2012, o governo Dilma chegará à metade do mandato com crescimento médio de 1,85%. O primeiro governo FHC cresceu 3,25%, em média, nos dois primeiros anos. No segundo mandato, cresceu 2,25%, na mesma comparação. No primeiro de Lula, deu 3,4%, e no segundo, 5,55%, também nos dois primeiros anos.

As previsões mais frequentes são de que o PIB pode crescer em torno de 3% em 2013, mas persistem as mesmas incertezas que levaram a economia a minguar em 2012. O economista Armando Castelar, da FGV, acha que as mudanças na área de energia provocarão um primeiro trimestre de paralisia de investimento. A queda do preço não muda isso, segundo ele, porque há dúvidas sobre o suprimento e o preço elevado no mercado spot pode levar eletrointensivos a revenderem suas sobras, em vez de aumentarem a produção.

Os números mostram que a economia brasileira está num processo de desaceleração contínuo desde o terceiro trimestre de 2010, quando saiu de uma taxa de 7,6% de alta e desceu a 0,9% no terceiro tri de 2012. Nada indica reversão no final do ano passado. A esperança é de que mude durante 2013.

O dado oficial do PIB de 2012 só será divulgado no dia primeiro de março, pelo IBGE. Mas os números até aqui não são bons. A produção industrial, até novembro, está com queda de 2,6%. A balança comercial fechou o ano com o pior saldo dos últimos 10 anos. A formação bruta de capital fixo, sinônimo de investimentos, caiu 3,9% de janeiro a setembro.

Para o quarto trimestre, a Tendências Consultoria estima alta de 0,4% no PIB, menos que os 0,6% do terceiro. Alguns indicadores, já divulgados, decepcionaram. O fluxo de caminhões pesados nas estradas ficou 1% menor, na comparação com o terceiro tri. A expedição de papelão ondulado, termômetro das encomendas industriais, caiu 0,5%.

Mas o consumo de energia subiu 2,1%, na mesma comparação.

O economista Fábio Silveira, da RC Consultores, estima que os investimentos terão nova queda no quarto trimestre, de 1,2%, que seria a sétima retração trimestral consecutiva. A capacidade ociosa da indústria continua alta e ela tem peso de mais de 50% nos investimentos. Se há máquinas paradas, não há razão para os empresários aumentarem a capacidade de produção.

- Até dezembro, eu acreditava que os investimentos pudessem se recuperar no primeiro semestre deste ano. Mas isso só vai acontecer no segundo semestre. Há ainda ociosidade na indústria - disse Silveira.

O que mais ajudou no último trimestre foi a produção de veículos, que subiu 4%. Mas ela foi impulsionada pelas vendas do IPI reduzido. Uma notícia boa é que os empresários continuam confiantes. O HSBC tem um indicador que mede a confiança dos empresários e ele se manteve acima de 50 pontos entre setembro e dezembro, o que significa otimismo e crescimento. A FGV também faz pesquisa parecida e ela subiu 1,9% no quarto trimestre. Ainda assim, isso é pouco para dizer que a economia recuperou o vigor.

Para o ano de 2012, a Tendências estima que o crescimento será de 0,8%. A indústria, que no cálculo do PIB engloba também a construção civil, deve cair 0,8%. Os investimentos devem fechar com queda de 3,7%. A agropecuária, com retração de 1,2%, porque houve quebras de safras no início do ano. Puxando a economia, continuam o setor de serviços, o consumo das famílias e os gastos do governo.

A crise externa explica apenas uma parte do baixo crescimento. A economista Monica de Bolle, da Galantó Consultoria, lembra que o quadro no começo deste ano é bem melhor lá fora. Há sempre a dúvida fiscal americana, mas a Europa saiu da beira do abismo e os EUA estão em um início de retomada do crescimento.

Nossas principais travas ao crescimento mais forte continuam sendo internas. O cenário é de o Brasil sair de uma economia fria, para um nível de atividade morna ao longo do

ano. Podem haver surpresas, mas, segundo Monica, mais risco de ter surpresas para menos do que para mais.

**Os pontos chave**

10 IBC-Br de novembro foi melhor do que o esperado, mas os dados do quarto trimestre estão fracos

2A incerteza na área da energia pode reduzir os investimentos neste começo de 2013

30 governo Dilma pode chegará metade do mandato com crescimento médio de 1,8%

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo reduzirá custo de todas as empresas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após o pífio resultado do **PIB** no ano passado, o governo decidiu estender a todos os setores, ainda este ano, a desoneração da folha de pagamento das empresas. A medida abrangerá indústria, **comércio** e serviços. Hoje só 42 segmentos são contemplados. Segundo interlocutores de Dilma, ela considera que as companhias que já receberam esse incentivo têm bons resultados, e que está na hora de usar todas as armas para evitar que o **PIB** de 2013 repita o de 2012. A desoneração prevê substituir a cobrança de 20% sobre a folha por alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento

#### Alívio na folha para todos

Para recuperar a economia, governo vai ampliar a desoneração das empresas

Catarina Alencastro

Martha Beck

#### Turbinando o **PIB**

BRASÍLIA Num esforço para recuperar a economia, o governo vai estender a todos os setores, ainda este ano, a desoneração da folha de pagamento das empresas. Segundo interlocutores da presidente Dilma Rousseff, ela considera que os segmentos que já receberam esse incentivo têm apresentado bons resultados e que está na hora de usar todas as armas para evitar que o Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) de 2013 não repita o fraco desempenho de 2012, quando o crescimento ficou, na melhor das hipóteses, em 1%. Para este ano, a previsão oficial está em 4%.

A desoneração prevê a retirada da alíquota de 20% de contribuição previdenciária que incide sobre a folha de pagamentos e a cobrança de uma alíquota entre 1% e 2% sobre o faturamento das empresas. Na avaliação da presidente, a medida reduziu custos dos empresários com mão de obra e favoreceu a formalização no **mercado** de trabalho. Além disso, o Planalto avalia que a política de fazer desoneração beneficiando setores de forma pontual - algo que era criticado por parte dos economistas - se esgotou.

A equipe econômica começou a reduzir os encargos sobre a folha das empresas em 2011 de forma tímida,

beneficiando apenas três setores: calçados, software e móveis. O benefício foi ampliado gradativamente em 2012 e abrange hoje 42 setores, incluindo mais recentemente o **comércio** varejista. Nos moldes em que está, a desoneração provoca uma perda de arrecadação para a União que é bancada pelo Tesouro Nacional. Somente este ano, o impacto será de R\$ 15 bilhões.

O tamanho da renúncia fiscal provocada pela medida foi o que tornou o governo cauteloso na hora de ampliá-la. Mas começou a pesar na balança a opinião de parte dos técnicos da equipe econômica que defendem uma flexibilização da política fiscal em troca da concessão de benefícios que trarão retorno para a economia.

Em outra frente, a presidente decidiu procurar os representantes de setores que já foram beneficiados pela desoneração da folha e pedir que eles deem uma contrapartida por meio do aumento da contratação de funcionários e da ampliação de investimentos. Somente na semana passada, ela se reuniu com o presidente do Conselho de Administração da Cosan, Rubens Ometto; o presidente da Vale, Murilo Ferreira; e o diretor-presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht.

Quando anunciou a desoneração da folha de diversos setores da indústria, de serviços e do **comércio**, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou que o governo também esperava como retorno a manutenção de empregos, aumento da **produção** e das **exportações**. Outro auxílio esperado pelo governo é no controle da inflação. Isso porque as empresas que conseguiram reduzir custos com a desoneração da folha teriam condições de fazer reajustes menores em seus produtos e serviços este ano.

Os técnicos do governo explicam que todos os setores intensivos em mão de obra (e que por isso eram os mais prejudicados pela cobrança de 20% sobre a folha) já foram beneficiados pela desoneração. Entre eles, estão o segmento automotivo e a construção civil. No entanto, ainda há setores que demandam o benefício, como é o caso do segmento de bares e restaurantes, além de alguns fabricantes de equipamentos e componentes e os fornecedores de mão de obra terceirizada. Há também quem tenha ficado de fora do

benefício em função do tamanho das alíquotas que passaram a incidir sobre o faturamento.

- Existem alguns setores que pediram para entrar na desoneração se a alíquota de 1% ou 2% baixasse - explicou um técnico.

Apesar da preocupação de certas áreas do governo com o impacto da medida nos cofres da Previdência, Dilma avalia que a repercussão social supera em muito os riscos econômicos. Especialmente porque, ao estimular a geração e manutenção de empregos no país, o **Brasil** se fortalece contra a crise internacional. Em seus discursos, ela faz questão de repetir que o país vem fortalecendo os direitos e promovendo

o pleno emprego, ao contrário do que têm feito países europeus.

A presidente bateu o martelo sobre a universalização da desoneração da folha de pagamento durante o processo de negociação da medida provisória (MP) que favoreceu os mais de 40 setores em 2012. Durante o processo de negociação da MP, a área econômica se mostrou flexível para estender o benefício para todas as empresas. Além disso, a presidente quer que a equipe econômica anuncie o mais rapidamente possível sua proposta para simplificar a cobrança de PIS/Cofins no país.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Itamaraty agora promete fim de segredo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Um dia após alegar problemas técnicos, o Itamaraty prometeu divulgar até o fim de fevereiro os vencimentos de seus 1.934 funcionários no exterior. A divulgação está atrasada mais de seis meses. A Controladoria da União admitiu que salários de adidos no exterior, militares e civis, também estão fora do Portal da Transparência**

#### Promessa de fim do sigilo

**Após alegar problemas técnicos, Itamaraty agora diz que divulgará salários até o fim de fevereiro**

**Carolina Brígido**

#### Caixa-preta diplomática

BRASÍLIA Um dia depois de alegar que problemas técnicos impediam a divulgação de vencimentos de funcionários a serviço no exterior, o Itamaraty informou ontem que o assunto estará resolvido até o fim de fevereiro, quando publicará todos os salários pagos ao longo do ano passado. Ainda conforme a previsão do **Ministério**, a partir de março os salários dos 1.934 servidores em 227 postos fora do **Brasil** poderão ser consultados no Portal da Transparência, à medida em que forem pagos este ano.

A providência foi anunciada no dia em que O GLOBO publicou reportagem informando que o **Ministério** das Relações Exteriores era o único órgão do Executivo que mantinha contracheques em segredo. Atualmente, o Itamaraty publica no Portal da Transparência apenas os vencimentos de quem trabalha no Brasil.

Os salários de todos os servidores do Executivo foram publicados no Portal da Transparência em 27 de junho do ano passado, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação. A Controladoria Geral da União (CGU), responsável pelo site, afirmou que os vencimentos dos funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também não são exibidos, mas para garantir a segurança dos servidores, que não podem ter a identidade exposta.

Anteontem, o Itamaraty, a CGU e o **Ministério** do Planejamento alegaram que a falta de divulgação dos salários de funcionários do Itamaraty a serviço no exterior devia-se a problemas técnicos. A folha de pagamento dessas pessoas não consta do Sistema Integrado de Administração de

Recursos Humanos (Siape). Os dados estariam compilados de forma incompatível com a divulgação no portal, já que os valores pagos são contabilizados em moeda estrangeira.

Itamaraty e CGU confirmaram, por meio de suas assessorias de imprensa, que estavam em diálogo para tentar resolver o problema. No entanto, segundo a CGU, não havia previsão de quando isso aconteceria. Ontem, após publicada a reportagem, o Itamaraty anunciou a solução do problema técnico que perdurava quase sete meses. O **Ministério** diz que servidores de outros órgãos públicos que recebem salários em moeda estrangeira também estão fora do Portal da Transparência.

"No tocante à divulgação de dados administrativos, como salários, o sistema do Portal Transparência não aceitava inclusão de valores em moeda estrangeira de qualquer pagamento feito a servidores de todos órgãos públicos, não apenas do **Ministério**. O Itamaraty trabalhou em conjunto com o **Ministério** do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Controladoria-Geral da União para superar essa dificuldade técnica. Como resultado desse esforço comum, até o final de fevereiro, serão divulgados os dados de 2012. A partir de março de 2013 os dados sobre salários pagos no exterior estarão disponíveis automaticamente para consulta pública", diz a nota do Itamaraty.

Na quarta-feira, a CGU informou que apenas o Itamaraty e a Abin não publicam salários no Portal da Transparência. Ontem, a CGU ponderou que os adidos que prestam serviço no exterior - militares, da Receita Federal, do **Ministério** da Agricultura e do **Ministério** da Cultura - também estão fora do site. O problema é o mesmo: eles não constam no Siape e são pagos em moeda estrangeira. A CGU informou que também está trabalhando para incluir os adidos no portal, mas não deu previsão de quando isso ocorrerá.

A CGU confirmou que a previsão para a inclusão dos salários do Itamaraty no exterior no Portal da Transparência é o fim de fevereiro. Na quarta-feira, o órgão havia informado que não havia previsão. Ontem, afirmou que já trabalhava com a previsão de fevereiro, mas não quis anunciar a data por temor de haver algum imprevisto. A assessoria da CGU informou que ainda há ajustes técnicos a serem feitos para

compatibilizar a planilha do Itamaraty com o formato do site. Até agora, o banco de dados do Itamaraty sequer foi repassado aos técnicos.

A nota divulgada pelo Itamaraty afirma que o órgão sempre teve compromisso com a transparência e trata informações sigilosas como exceção. "Pedidos de informações de pesquisadores e cidadãos interessados foram atendidos pelo **Ministério**, o que é atestado pelo grande número de publicações e estudos que recorrem a informações trocadas pelos canais diplomáticos como base de pesquisa", diz o texto, acrescentando que o Itamaraty tem implementado a Lei de Acesso ao responder a demandas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão.

O texto informa que o serviço recebeu 378 pedidos de informação, como pedidos de documentos históricos, despesas realizadas por postos, custos de viagens oficiais e

remuneração de diplomatas. "As solicitações são atendidas dentro dos prazos legais", diz a nota.

Para demonstrar a transparência, o texto afirma que, de 2007 a 2012, o Itamaraty trocou com sua rede de 227 representações diplomáticas e consulares no exterior 1,86 milhão de mensagens eletrônicas, quase 300 mil por ano. Desse total, cerca de 7% foram classificadas como secretas, ultrassecretas ou reservadas. O Itamaraty informa que, com o governo dos Estados Unidos, lançou a Parceria para um Governo Aberto, "um fórum de participação voluntária que reúne governos e entidades da sociedade civil e tem como principal objetivo fortalecer políticas nacionais de transparência e combate à corrupção".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A busca por credibilidade na economia</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Mesmo com a manutenção da Selic em 7,25%, decidida pelo Copom esta semana, o Brasil recuou no ranking mundial das taxas de juros reais, de que já foi líder, de terceiro para quinto lugar. Com juros de 1,7%, a economia brasileira se distanciou da argentina (4,6%), a primeira colocada nesta desconfortável disputa. A explicação está na persistência da inflação - e isso tira qualquer mérito da política econômica na queda das taxas. A Selic fica no mesmo lugar, apenas a alta dos preços faz cair a taxa real. E é a conjugação de preços em ascensão com a passividade do BC que torna mais intenso o debate sobre os rumos da economia.**

Em nota, o Copom, conselho do BC que trata da política monetária, reconhece a degradação do cenário de curto prazo da inflação, assim como admite a lentidão com que a economia reage aos estímulos fiscais e creditícios. Portanto, está claro que, entre estas duas frentes de batalha, o **PIB** e a inflação, o BC (o governo) reafirma a opção de buscar o crescimento a qualquer custo. Mesmo o custo de mais inflação, coerente com a visão "desenvolvimentista". (Cabe lembrar, sempre, dos riscos da estratégia numa economia com longo passado de descontrole de preços.)

Visto por um ângulo mais amplo, a decisão do BC é parte do sério problema da baixa confiabilidade que passou a ter o governo na condução da economia. Quando começou a executar cortes nos juros, a autoridade monetária fez o certo, apesar das críticas iniciais. Mas o terceiro ano consecutivo sem que o centro da meta de inflação (4,5%) seja alcançado, com os índices oscilando acima dos 5%, e a decisão desta semana reforçam a suposição de que esta

política foi abandonada. Ou que a verdadeira meta é outra, mais alta.

A perda de confiança na administração da economia passa pela percepção de analistas de que a própria política do "tripé" - câmbio flutuante, meta de inflação e superávit fiscal - foi deixada de lado. No câmbio, parece haver um tabelamento acima de R\$ 2. No campo fiscal, até mesmo o ex-ministro Delfim Netto, defensor da política econômica dos governos do PT, não digeriu as maquiagens da "contabilidade criativa" feitas para tentar mascarar o não atingimento da meta de 3,1% do **PIB** para o superávit das contas primárias (gastos não financeiros). Isso quando havia bons argumentos para justificar o superávit mais baixo, o obtido de verdade.

Em colunas nos jornais "Valor" e "Folha de S.Paulo", Delfim atacou a sucessão de "espertezas" capazes de destruir "o esforço de transparência que culminou na magnífica Lei de Responsabilidade Fiscal", segundo o ex-ministro, "sob permanente ataque" do PT.

Compreensível que investidores se retraiam, mais ainda depois do viés intervencionista exposto pelo Planalto. A presidente Dilma passou a conversar com empresários. Sempre é bom ouvir a sociedade. Mas, para estabelecer uma confiança mínima na política econômica, será preciso mais do que palavras.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo estuda mudar superávit fiscal para aumentar gastos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**"Se o PAC pode ser abatido, significa que posso fazer meta menor", diz secretário**

**Martha Beck**

**Na defensiva. Arno Augustin, do Tesouro: "Os fundamentos brasileiros são muito melhores do que os críticos dizem"**

BRASÍLIA Diante da necessidade de turbinar a economia depois do fraco desempenho de 2012, o governo estuda alterar a meta de superávit primário para poder gastar mais. Em entrevista ao GLOBO, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, admitiu pela primeira vez que a equipe econômica pode tornar o superávit primário, fixado em 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mais flexível. Ele lembrou que o Orçamento de 2013 já vai prever o abatimento de R\$ 25 bilhões da meta com despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas adiantou:

- Já temos a possibilidade de abater o PAC. Se ele pode ser abatido, significa que posso fazer meta menor. Mas podemos melhorar. Podemos mudar, fazer algum aperfeiçoamento. Já fizemos duas ou três vezes. Podemos fazer de novo.

Nos bastidores da equipe econômica, no entanto, o que se discute é propor à presidente Dilma Rousseff uma redução da meta para algo em torno de 2% do **PIB** ou ampliar o volume a ser abatido da meta em função de investimentos. Foi graças aos abatimentos do **PAC** e de manobras fiscais com dividendos de estatais e recursos do Fundo Soberano que o governo conseguiu fechar as contas do ano passado.

Apesar de o governo ter sido fortemente criticado pela estratégia, o secretário defendeu a política e disse que ela foi adotada para promover o crescimento da economia num momento de crise internacional. Sobre a avaliação de um blog do jornal britânico "Financial Times", que disse que a equipe econômica faz política fiscal com o chamado "jeitinho brasileiro", Augustin afirmou:

- Não vou responder ao "Financial Times". Em 2012, o mundo sofreu muito em função de vários países, inclusive o do "FT", e esta crise gerou uma circunstância nova. Muitos países optaram por uma estratégia errada de retirar estímulos fiscais

aumentando os efeitos da crise. A melhor medida na opinião do governo foi fazer com que a economia fosse estimulada a crescer. Não permitimos que o **Brasil** virasse a Grécia.

O secretário também destacou que a estratégia de manter a meta oficial do superávit primário elevada em 2012 foi adotada para garantir a trajetória de queda da dívida pública. Segundo ele, isso dá ao **Brasil** condições de se proteger contra turbulências no **mercado** externo:

- Será que queremos ser um **Brasil** como uma dívida bem pequeninha e fortíssimo no **mercado** internacional? Ou nós estamos satisfeitos com o pouco que conseguimos? Aí no primeiro soluço da comunidade internacional, no primeiro resfriado, o **Brasil** volta a ter câncer. O **Brasil** até poderia ter uma curva de queda (de juros) menor, mas eu acho isso uma péssima ideia.

Ao contrário do discurso que costuma ser adotado por um secretário do Tesouro, ele garantiu que em 2013 haverá espaço para novas desonerações e novas capitalizações do **BNDES**. A estimativa é que a renúncia fiscal com novos benefícios fique em ao menos R\$ 40 bilhões, mas o valor pode ser ampliado. Já o banco de fomento vai receber novos recursos, mas a tendência é que essa injeção fique abaixo dos R\$ 45 bilhões recebidos em 2013.

- Temos diminuído (aportes no **BNDES**) para deixar claro para todo mundo que essa festa não é para o resto da vida.

O secretário adiantou que o governo fará uma nova emissão de títulos no **mercado** externo. Na última captação, o título com prazo de dez anos em **dólares** teve taxa de retorno de 2,6% ao ano, a menor da História. Para Augustin, isso significa que os aplicadores consideram o **Brasil** seguro e com fundamentos sólidos:

- Os fundamentos brasileiros são muito melhores do que os críticos dizem.



VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>Nokia elimina mil postos de trabalho em TI</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### TELEFONIA

A Nokia vai eliminar mais de 1.000 postos de trabalho na área de tecnologia da informação como parte do plano de reestruturação para estancar a sangria financeira. A fabricante finlandesa de celulares vai transferir 820 funcionários para a HCL Technologies e Tata Services. Os mais

recentes cortes, a maioria na Finlândia, fazem parte do plano anunciado em junho para cortar 10 mil empregos mundialmente. A empresa perdeu posição de líder no segmento para a Apple e Samsung.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>O novo pacote japonês</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Presidente do conselho de economia da Fecomercio e do Lide Economia

O governo do Japão aprovou, na sexta passada, um pacote de 10,3 trilhões de ienes, aproximadamente US\$ 116 bilhões, para estimular sua economia. Dos ¥ 10,3 trilhões, ¥ 3,8 trilhões serão para a reconstrução da região de Tohoku, devastada pelo tsunami, ¥ 3,1 trilhões para inovação e competitividade da indústria japonesa e ¥ 3,1 trilhões em educação e saúde. O novo primeiro-ministro Shinzo Abe assumiu o governo jogando todas suas fichas nesta política de estímulo. Declarou que "ampliara a cooperação com o Banco do Japão" e espera que "o BC implemente um poderoso afrouxamento monetário e eleve a meta de inflação de 1% para 2%". A expectativa de Abe é que o pacote acrescente até dois pontos percentuais ao **PIB**. A cotação do iene reagiu, desvalorizando-se em relação ao **dólar**. E a bolsa de Tóquio vem subindo. Durante a crise financeira mundial, o iene foi acumulando valorizações sucessivas, que empurraram sua competitividade para o buraco. O **PIB** japonês ficou marcando passo, elevando-se também o nível de desemprego para níveis pouco confortáveis pela tradição nipônica de empregos estáveis.

A fórmula keynesiana/greenspaniana/bernkiana de injeções maciças de liquidez, tantas vezes utilizada pelos EUA e Europa nos últimos anos, agora chegou oficialmente ao Japão. O pacote anunciado é a versão oriental dos afrouxamentos monetários e fiscais do ocidente. Dará certo? Politicamente, sim. O novo primeiro-ministro foi guindado ao cargo exatamente para chutar o balde, inverter a onda de pessimismo que tomou conta do setor industrial, segurar os cortes de postos de trabalho e dar um alento aos bancos do país, que sentem a redução da capacidade dos seus mutuários de saldar empréstimos. Abe é hábil. Envolveu o setor

conservador, localizado no Banco do Japão, deles exigindo um compromisso velado de acompanhar o aumento de gastos públicos por meio de um relaxamento da rígida meta de inflação. Por outro lado, Abe também acenou para o ocidente, prometendo usar suas amplas reservas cambiais para comprar títulos em poder do Fundo Europeu de Estabilidade em bases regulares. Esta aplicação de reservas mais agressiva (em termos de risco, para o conservador perfil japonês) revela uma guinada **importante** da tradicional distância insular da diplomacia japonesa. O Japão pode, de fato, atuar de modo mais proeminente no refinanciamento dos passivos europeus, com isso abrindo espaço para a reativação das combatidas economias mediterrâneas. Há bons negócios a fazer na Europa.

Quando se analisa o pacote japonês pela ótica do equilíbrio macroeconômico de longo prazo, a pontuação positiva do lado político reverte para uma nota negativa de crescentes riscos fiscais. O Japão vem acumulando déficits orçamentários grandiosos, que têm elevado a dívida pública para a posição mais elevada entre países avançados. Está em 220% do **PIB** e só não explode porque a taxa de juros, nesses títulos, é próxima de zero, graças a um sistema de compra de papéis quase compulsório pelos bancos. Estes captam a vasta poupança interna dos japoneses e empregam-na em papéis do governo. Esta é a pior maneira de se canalizar poupanças privadas, desperdiçando rentabilidades em outros projetos melhores. Este é o Japão que ainda precisa mudar. Esta parte do script, Abe ainda não sabe.

Japão pode atuar de modo mais proeminente no refinanciamento dos passivos europeus

	VEÍCULO TELETIME	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Nokia demite mais 300 funcionários e terceiriza 820 atividades da área de TI</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Nokia divulgou nesta quinta-feira, 17, novas medidas de seu plano de reestruturação. Entre elas está a demissão de mais 300 empregados, como parte do corte de 10 mil vagas que fará neste ano, anunciado em junho do ano passado. O objetivo, segundo a fabricante, é racionalizar a área de tecnologia da informação para atender os objetivos do negócio. Além disso, a empresa anunciou que as atividades de 820 funcionários da área de TI serão terceirizadas à HCL Technologies e à indiana Tata Consultancy Services. A Nokia não forneceu detalhes sobre quais são exatamente essas funções nem o valor total economizado com as providências. Elas informou apenas que os demitidos terão plano de aposentadoria e apoio financeiro.

Desde o surgimento dos smartphones, a Nokia perdeu seu posto de líder na fabricação de celulares por não conseguir estabelecer um ecossistema de aparelhos top de linha e acabou cedendo espaço para a Apple e Samsung. E

mesmo após ter firmado uma parceria exclusiva com a Microsoft para equipar seus smartphones com o Windows Phone, ela continua enfrentando dificuldades para recuperar sua participação de **mercado**.

O balanço do quarto trimestre de 2012 da Nokia será divulgado no próximo dia 24, mas a fabricante finlandesa já antecipou que a receita com dispositivos móveis terá queda de 33%, ficando em torno de 3,9 bilhões de euros. A receita da área de celulares deve ter um recuo de 16% e a venda de aparelhos, de 14%.

	VEÍCULO CENÁRIO – MT	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PEC da Música aguarda continuação de discussão em Plenário</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 123/2011, conhecida como PEC da Música, já pode voltar a ser discutida no Plenário do Senado. A PEC, de autoria do deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ), livra de impostos CDs e DVDs produzidos no Brasil “contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham”.**

O benefício, no entanto, não alcança o processo de replicação industrial, que continuará a ser tributado. O objetivo da PEC é reduzir o preço dos produtos ao consumidor e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas.

A PEC foi aprovada em maio do ano passado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi o relator da proposta. Em seu voto favorável, Eunício lembrou que a isenção, se efetivada, vai assegurar ao setor fonográfico benefícios fiscais já concedidos a livros, revistas e jornais. Ele ainda argumentou que, além de reduzir a pirataria, a iniciativa busca democratizar o acesso da população às produções artísticas brasileiras.

- Ao mesmo tempo em que oferece condições dos músicos e dos produtores continuarem trabalhando e ampliando sua obra, a população passa a ter condições reais de ter acesso a essas obras, valorizando a música popular brasileira – argumentou Eunício.

A PEC chegou a ter uma primeira sessão de discussão no Plenário em julho do ano passado, mas a segunda foi adiada por solicitação dos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Gim Argello (PTB-DF). A proposta só pode ser votada em primeiro turno depois de cinco sessões de discussão.

Depois, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) solicitou informações aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, e a PEC só voltou a ficar liberada para inclusão na Ordem do Dia no fim de novembro.

#### Polêmica

A aprovação da PEC na CCJ, no entanto, não ocorreu sem polêmica. A matéria recebeu o voto contrário do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Ele fez questão de deixar claro que sua posição não representava despreço pela cultura e pelos artistas brasileiros, mas era motivada pelo risco à indústria fonográfica e de vídeo instalada na Zona Franca de Manaus.

- Nós, do Amazonas, não temos nada contra incentivos à cultura brasileira, aos compositores e intérpretes da música brasileira. Mas acreditamos que a aprovação desta PEC não garantirá o combate à pirataria e não terá os efeitos esperados pelos seus defensores – declarou Eduardo Braga, informando que a Zona Franca detém 98% da indústria fonográfica e de vídeo e emprega 7 mil trabalhadores no setor.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também ressaltou o temor de que a isenção tributária venha provocar o deslocamento do parque produtivo de Manaus para outras regiões do país, mais especificamente para o eixo Rio-São Paulo, que concentra 80% dos consumidores desses produtos. Em discurso no Plenário, a senadora voltou a manifestar preocupação com o risco de desemprego em Manaus.

- Se aprovarmos essa PEC do jeito que está, ou seja, concedendo imunidade à produção de videogramas e fonogramas, obviamente a primeira providência será a transferência desse setor, da Zona Franca de Manaus para a localidade mais próxima ao grande centro de consumo, obviamente para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O que permeou o debate não foi a razão, e sim a emoção, porque vale muito o pedido dos cantores: do Fagner, da Ivete Sangalo, de Bruno e Marrone, e daí para a frente - alertou a senadora.

	VEÍCULO BEM PARANÁ ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brizola inicia nova tentativa de tirar Lupi do <u>BNDES</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Briga interna

Demitido em dezembro de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, o presidente do PDT Carlos Lupi não foi em 2012 a nenhuma reunião do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ainda integra, mas recebeu a remuneração pela "participação" até setembro. Os pagamentos, de R\$ 6 mil mensais, são trimestrais, o que garantiu ao ex-ministro R\$ 54 mil pelos três primeiros trimestres do ano passado.

Ontem, o ministro do Trabalho, Brizola Neto, iniciou nova tentativa de tirar do cargo seu antecessor e adversário político, sinalizando que fará nova indicação para o cargo. O nome mais cotado para substituir o ex-ministro na instituição é o de outro pedetista, o ex-prefeito de Maceió e ex-governador de Alagoas Ronaldo Lessa. O nome do candidato

a conselheiro deve ser enviado ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, para encaminhamento à presidente Dilma Rousseff, que tem o poder de efetivá-lo.

Um primeiro ofício pedindo a substituição de Lupi fora enviado pelo secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Carlos Sasse, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 18 de junho de 2012. O MTE tem direito a uma vaga no Conselho, tradicionalmente ocupada pelo próprio titular da pasta. Não houve, porém, troca até esta quinta-feira, e Lupi ficou no posto. Embora integre o Conselho, não recebeu pagamento por isso no último trimestre de 2012.



VEÍCULO REDE AMAZÔNICA	EDITORIA	
TÍTULO <b>Mais de 25 mil foram demitidos do <u>Pólo Industrial</u> de <u>Manaus</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Este ano, mais de vinte e cinco mil pessoas já foram demitidas do **Pólo Industrial** de **Manaus**. A falta de crédito por parte do **Governo Federal** tem levado empresas a reduzirem o quadro de funcionários.

Reportagem: Luciano Abreu

Fonte: TV **Amazonas**.

	VEÍCULO AMAZONIANAREDE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Corecon vai fiscalizar os economistas do PIM, para checar legalização</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Manaus - O novo presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM), Marcus Evangelista, informou que o órgão irá realizar, a partir deste semestre, uma fiscalização nas empresas do Distrito Industrial de Manaus para identificar a atuação de profissionais que estão exercendo ilegalmente a função.**

O Corecon/AM estima que em cada empresa do distrito existam pelo menos três profissionais exercendo cargos de economistas de forma irregular. O Distrito possui 532 empresas.

“Essa medida tem dois principais objetivos: prevenir os riscos financeiros que as empresas possam ter na contratação equivocada de profissionais não credenciados e evitar que profissionais sem registro ocupem a função de economistas habilitados para o trabalho”, explicou o presidente do Corecon.

De acordo com a Lei Federal 1.411/1951, é considerado economista, o bacharel no curso de Economia com registro no Corecon e com a anuidade em dia no órgão. A multa pelo exercício ilegal da profissão à pessoa física pode chegar 250% sobre o valor da anuidade de R\$ 360, o equivalente a R\$ 900, além do enquadramento no crime de falsidade ideológica. Para a pessoa jurídica, a penalidade financeira é de 250% sobre os valores das anuidades, que variam de R\$ 401 a R\$ 4.223.

Segundo Marcus, a contratação de um profissional não habilitado na área pode gerar os seguintes problemas:

inviabilização de projetos econômicos junto a órgãos como a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Banco da Amazônia (Basa), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan). A lei federal prevê que esses projetos só podem ser assinados por um economista.

Outro risco que um economista irregular pode causar uma empresa ou órgão público exercendo ilegalmente a função é o prejuízo à administração de bens e investimentos. “Ele pode fazer uma orientação equivocada na aplicação de recursos e colocar em risco todo um patrimônio”, completou o presidente do Corecon/AM.

O coordenador de Fiscalização do Corecon/AM, Luiz César Silveira, informou o conselho já chegou a identificar até nutricionistas exercendo a função de economista com atividades que incluíam a assinatura de projetos econômicos. “Os empresários precisam atentar para o risco que isso pode gerar nos negócios”, observou.

Atualmente, o Corecon/AM tem 1.459 profissionais inscritos no órgão. Desse número, 832 estão em dia com o conselho, o equivalente a 57% dos profissionais.